



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 5 - 2017/2021

Data da Sessão: 26 de Abril de 2018

Início da sessão: 16:00 horas

Términus da Sessão: 20:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, Duarte Baptista de Matos Marques, José António dos Santos Almeida, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Pedro Manuel Marques Jana, Octávio Eusébio Rosa, Vítor Manuel Rosado Silva Agostinho, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Manuel Augusto da Silva Vacas, João de Matos Filipe, António Cardoso Lopes, Carla Isabel da Silva Loureiro, António Vicente Alves Reis, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, João Paulo Matos Bragança, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, João Luis de Matos Pereira, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas: José Manuel Serra Ferreira e Luis Filipe Aparício Lopes

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 5 - 2017/2021

26 de Abril de 2018

-----INICIO-----

---- Aos vinte e seis dias do mês de Abril de dois mil e dezoito, pelas dezasseis horas, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 2) Discussão e votação da 2ª alteração ao Mapa de Pessoal.**
- 3) Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2017.**
- 4) Análise do Parecer do Revisor Oficial de Contas.**
- 5) Discussão e votação da 2ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2018.**
- 6) Discussão e votação de proposta de Protocolo/Acordo de Execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Envendos, nos termos dos artigos 25, nº 1, alínea j), 33, nº 1, alínea m) da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.**
- 7) Eleição de dois representantes das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.**
- 8) Eleição de representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil.**

Nesta sessão faltou o vogal José Manuel Serra Ferreira, que justificou a sua falta em devido tempo tendo o mesmo sido substituído pelo vogal Octávio Eusébio Rosa, após ter sido devidamente instalado pelo Sr. Presidente da Mesa.

Faltou também o vogal Luis Filipe Aparício Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Amêndoa, que se fez representar pelo vogal João Paulo Matos Bragança.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Sr. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos colocando à discussão a acta nº 4 – 2017/2021, referente à sessão ordinária de Fevereiro de 2018.

Seguidamente foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal João Luis de Matos apresentou a seguinte intervenção:

“ Agradecimento.

Permitam-me, com o devido respeito, a Câmara e as Juntas de Freguesia têm a sua autonomia administrativa e financeira, os seus próprios orçamentos e Planos de Atividades, mas receberam um mandato para um compromisso comum, que é servir o interesse das populações e dar resposta quer aos problemas, quer aos anseios das populações que representam. O grande mérito das Juntas de Freguesia é apoiar o desenvolvimento e a coesão do território, trabalhando como uma só equipa que engloba a Câmara e as Juntas de Freguesia.

Atendendo a que as freguesias detêm amplos domínios atribuídos, não correspondidos em termos eficazes com transferências financeiras por parte do Estado; atendendo às suas realidades, demográfica, territorial, social e económica as freguesias não são geradoras de receitas próprias que permitam uma resposta cabal às suas atribuições e competências próprias, muito particularmente no apoio direto às comunidades locais. Estou convicto que é entendimento do Município de Mação, enquanto garante da coesão territorial, do reforço da solidariedade institucional, proporcionar num quadro de igualdade, não discriminação e transparência, apoiar financeiramente esta autarquia de Envendos.

Em prol do Município e da Freguesia, expresso o meu agradecimento pelo apoio financeiro, logístico e técnico, que tem sido dado à Freguesia de Envendos, num espaço temporal ainda curto de mandato, o que demonstra a maturidade do relacionamento destas duas Entidades Autárquicas. “Sonhar, Acreditar e Realizar” será o tema traçado para o mandato que me foi conferido em outubro de 2017, todavia complementar-se-á só com o apoio da Câmara Municipal de Mação.

As dificuldades são como as montanhas, só se aplainam quando avançamos sobre elas, logo, peço que nunca deixe de apoiar e considerar os 92,86 km², colocando muito suavemente o pé no travão, devido ao meu permanente excesso de velocidade, sendo eu avesso ao cinto de segurança.

A Junta de Freguesia de Envendos saberá sempre qual é o seu papel na relação com a Câmara Municipal de Mação.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que, na sequência de proposta aprovada em sessão anterior desta Assembleia, de instituição do Prémio Cidadania, e apesar de ter sido deliberado a elaboração de um regulamento para o mesmo, considera que, independentemente desse facto, não se deveria deixar passar muito mais tempo para a se concretizar a entrega do mesmo ao Arlindo Marques, como

foi decidido na sessão anterior. Assim, solicita à Câmara a materialização do referido prémio, com um “objeto” simbólico, simples mas com a dignidade que o mesmo merece, pois é o reconhecimento de uma atuação que não é pontual. Continua referindo que considera ter sido muito importante para o município a realização do Juramento de Bandeira bem como o concerto e todo o programa associado. Refere que a realização deste evento em Mação, pode ser enquadrado naquilo que são as competências mais recentes e mais importantes do executivo municipal e do seu Presidente, que é a afirmação do seu território e do seu município e o que nós tivemos aqui foi um exercício de afirmação pois Mação ficou mais rico e mais conhecido devido ao evento do dia 24 de Abril de 2018. Termina a sua intervenção deixando uma palavra de reconhecimento ao trabalho que o executivo tem feito, e em especial ao seu Presidente, na afirmação e defesa do seu território e dos seus munícipes, especialmente naquilo que todos nós assistimos no período pós incêndios, com a afirmação que fez perante o Governo, perante os Orgãos de Soberania, utilizando todos os meios que tinha ao seu dispor, no sentido de reivindicar para as pessoas do seu território, condições idênticas às de outros territórios. Considera que esta Assembleia deve fazer esse reconhecimento, independentemente das opções políticas dos seus membros, pois o que está aqui em causa é um exercício muito bem feito daquilo que é o papel de um Presidente de Câmara, que o Dr. Vasco Estrela soube fazer com mestria, desde o verão passado até agora e que espera venha a ter os seus frutos e a população do concelho de Mação seja tratada com equidade em relação a outros municípios.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção felicitando a Câmara pela organização pelo evento de dia 24 de Abril de 2018 (cerimónia de Juramento de Bandeira), pois o mesmo proporcionou à vila de Mação um dia com muito movimento e também uma divulgação positiva do nosso concelho, para além da divulgação da tragédia deste verão, que tem sido feita pela comunicação social, que desta vez não considerou este evento tão apelativo pois não lhe parece que o mesmo tenha sido divulgado na comunicação social nacional, o que considera que deveria ter sido. Continua a sua intervenção referindo que o acesso da sede de concelho e as sedes de freguesia é algo importante na comunicação entre as mesmas e pensa que a Câmara estará atenta a esta questão, mas verifica-se que a estrada de acesso a Carvoeiro, até ao cruzamento de Vale da Mua está razoável mas, a partir daí está muito degradado e solicita que a Câmara possa considerar uma intervenção na mesma antes do próximo inverno.

Continua a sua intervenção referindo o assunto da titularidade do edifício do Centro de Dia de Carvoeiro, mencionando todas as actas das reuniões de Câmara onde o assunto foi discutido, bem como as deliberações tomadas sobre o mesmo. Refere que teve conhecimento que foi feita uma escritura por usucapião, do referido edifício, que estava registado em nome do Estado Português e alerta para um acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa sobre um caso idêntico que diz:

“ Todavia não podem ser adquiridos por usucapião os bens integrados no domínio público, do Estado ou das pessoas coletiva de direito público porque a tal se opõe o artigo 202º, nº 2, do Código Civil.”

Considera que existe aqui um problema, mas o que mais o preocupa neste momento são os utentes daquele Centro de Dia, pois tudo está a ser preparado para os colocar em casa e ser-lhes prestado apoio domiciliário, o que considera não ser bom para as pessoas, pois o Centro de Dia, como o próprio nome indica, é para as pessoas permanecerem durante o dia e conviverem entre si e questiona-se como será se ficarem em casa. Considera que a Câmara ainda está envolvida neste problema pois seria a legítima proprietária do edifício. Refere que o problema da titularidade poderá eventualmente ser resolvido administrativamente mas preocupa-o essencialmente o problema social. Não compreende como pode ser possível passar-se uma coisa pública, ampliada e apoiada com dinheiros públicos, para uma entidade denominada Centro de São João Batista, Lda. Questiona se a Câmara tem mais alguma informação sobre a titularidade do edifício mencionado.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção felicitando a Câmara pela organização da cerimónia militar do Juramento de Bandeira, cerimónia que não é comum ver fora dos quartéis, juntou muitas pessoas do concelho, alunos da escola, bem como familiares e amigos dos militares que fizeram o seu Juramento de Bandeira, que encheram o Largo dos Combatentes. Considera que este evento poderá ter sido apelativo para os alunos presentes, para que os mesmos se sintam influenciados a integrarem as Forças Armadas e para além disso considera que estas cerimónias fazem com que as pessoas se sintam “mais portuguesas”. Refere que também foi muito bom o concerto solidário da Orquestra Ligeira do Exército que se realizou no mesmo dia, à noite. Continua felicitando e deixando um louvor à equipa de futebol sénior da Associação Desportiva de Mação pela vitória do campeonato e subida de divisão. Continua a sua intervenção referindo que, relativamente à intervenção realizada no Jardim Municipal, comumente denominado “Jardim dos Peixinhos”, considera que o facto do novo pórtico não ter sido construído

nos mesmos materiais que já existiam, como o granito, descaracteriza aquele espaço e, na sua opinião não é muito bonito. Considera que a utilização de materiais novos deverá, na sua opinião, ser utilizado em obras novas, e dá como exemplo o monumento ao Padre António Pereira de Figueiredo.

Solicita informação sobre integração dos precários da Câmara, questionando se já foram todos integrados no quadro de pessoal da Câmara.

Relativamente aos painéis da A23 sobre o presunto de Mação, questiona se ainda existe presunto Marca Mação ou se o mesmo já não existe.

Termina a sua intervenção referindo que, relativamente ao nosso feriado municipal, como já referiu outras vezes, gostaria que se realizasse alguma atividade no feriado municipal pois considera que o mesmo é “seco”.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção agradecendo à Câmara a visita à freguesia de Aboboreira, na qual tomaram conhecimento in loco de alguns problemas existentes. Considera que agora seria importante que muitas das coisas que foram vistas e que constituem problemas no dia a dia possam indo sendo resolvidos.

Continua a sua intervenção solicitando informação sobre alguns pormenores dos arruamentos de Chão de Codes, se já estão agendados. Solicita informação sobre a estrada Chão de Codes/Louriceira, se existe algum desenvolvimento quanto a esta questão. Solicita ainda informação sobre intervenção na entrada de Aboboreira, a seguir ao lagar, se já está prevista a intervenção naquele local.

Termina solicitando informação sobre intervenção nos arruamentos de Castelo, se a questão dos esgotos vai avançar ou se vai ser feita a intervenção de pavimentação.

--- O vogal Duarte Marques inicia a sua intervenção deixando um voto de louvor à equipa de futebol sénior da Associação Desportiva de Mação pela conquista do campeonato e subida de divisão. Refere que esta é uma vitória se deveu a um trabalho feito ao longo dos últimos anos, que a ADM tem conseguido, com serenidade e sustentabilidade crescer todos os anos, com a humildade necessária que lhes tem permitido fazer este trajeto.

Continua a sua intervenção referindo que, relativamente aos votos de louvor que são aprovados nesta Assembleia, considera que lavrar em acta não é suficiente e, neste sentido, propõe ao Sr. Presidente da Mesa que, junto dos serviços da Câmara, solicite que seja elaborado um documento que se possa entregar e que a pessoa que recebe a distinção possa guardar o mesmo em casa, para memória futura. Considera que é mais uma forma de dignificar a distinção que é feita com um louvor a alguém.

Continua a sua intervenção informando que teve conhecimento hoje de manhã que, no quadro de relevância dos cursos profissionais, o curso de Técnico Florestal, que é dos cursos que mais falta faz neste momento, era prioridade 9 no ano passado, este ano passou para prioridade 2, ou seja, nenhuma escola, em Portugal, no próximo ano letivo, pode abrir um curso de Técnico Florestal porque o financiamento é só a partir de prioridade 6. Considera que isto é uma “tontice” que acontece por responsabilidade do Ministério da Educação e da Agência para as Qualificações e que deixa as CIMT sem poderem candidatar-se a este curso, que faz tanta falta em tantos concelhos do nosso país.

Termina a sua intervenção referindo que vê com grande preocupação a preparação desta época de combate aos fogos florestais, os dados a que tem tido acesso revelam que o atraso na preparação é ainda maior que no ano passado, apesar de tudo aquilo que aconteceu. Por todo o país é grande a preocupação pois ainda não há helicópteros, a maior parte dos Bombeiros não sabe como se vão processar as coisas e o que é que o Governo quer deles, ninguém sabe ainda com o que vai contar, que dinheiro vai ter, qual vai ser o papel dos sapadores florestais. Refere que olha com preocupação os meses que aí vêm, com o calor que se aproxima e, em consciência, não podia deixar de partilhar esta preocupação

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Envendos sobre o reconhecimento do que a Câmara tem feito, refere que a Câmara não tem feito nem mais nem menos do que aquilo que entendeu ser a sua obrigação a esta Junta de Freguesia e a outras do concelho dentro daquilo que o executivo no princípio que estabeleceu desde o princípio do mandato e que espera vir a cumprir durante este mandato, ou seja, tratar igual o que é igual e tratar diferente o que é diferente e a Câmara cá estará para, em cada caso, ter as reflexões e as decisões que entender por bem.

Relativamente ao Prémio de Cidadania e à sua operacionalização, referido pelo vogal José António Almeida, refere que a Câmara está disponível para colaborar naquilo que a Assembleia Municipal deliberar no que diz respeito à data e ao modo que o Prémio deve ser entregue ao Arlindo Consolado Marques e, na sua opinião, o mesmo deve ser feito com alguma brevidade para as coisas não perderem muito tempo, pois considera que este prémio será um sinal político importante para ele e para a sua defesa, pois teria impacto mediático.

Em relação à cerimónia do Juramento de Bandeira referido por alguns vogais, informou que a Câmara foi “desafiada” pelo Regimento de Apoio Militar de Emergência de Abrantes para se realizar em Mação este Juramento de Bandeira, que é algo que o Regimento quer fazer nos concelhos da sua área de abrangência. Foi solicitado o apoio da Câmara, que desde a primeira hora se mostrou interessado neste evento. Considera que foi um dia importante e diferente para a população do concelho e agradece a presença de todos os que tiveram a oportunidade de estar presentes, toda a população do concelho, e em especial, na pessoa do Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas, a toda a comunidade escolar, pelo facto de estarem presentes 7 turmas daquele Agrupamento, que considera muito importante para, em termos de cidadania, os jovens que estiveram presentes perceberem melhor o que é a instituição militar e para os sensibilizar para esta área. Deixa também o seu agradecimento à Orquestra Ligeira do Exército pelo concerto solidário com que nos brindaram nesse mesmo dia à noite.

Relativamente à intervenção do vogal Cardoso Lopes, e no que diz respeito à estrada de Degolados / Carvoeiro, concorda com o que foi referido e informa que a intervenção está orçamentada e era intenção da Câmara realizar a mesma ainda no ano passado mas o mesmo não foi possível por falta de verba. Mais informa que esta intervenção foi candidatada ao Fundo de Emergência Municipal mas independentemente da decisão do Governo, aquela estrada terá de ser requalificada.

No que diz respeito à questão das instalações do Centro Social de Carvoeiro, refere que é um assunto sobre o qual foram bem descritos os factos, mas não consegue ver o que poderia a Câmara fazer. Mais refere que a Câmara poderia tentar impugnar a escritura de justificação que foi feita por parte do Centro Social para serem os proprietários do imóvel, sendo certo que, ao longo do processo sempre foi dito que a Câmara não se sentia proprietária daquele imóvel que estava ali a desempenhar uma função social. Informa que, no ano passado, a Câmara foi contactada pelo Presidente do Centro Social que transmitiu que iriam fazer a escritura de justificação para dar destino ao edifício pois havia problemas complicados de ter lá os utentes naquelas condições, com as questões recorrentes da Segurança Social que poderia fazer perder os acordos e por em causa a sustentabilidade da instituição e que havia interessados e ele mesmo, enquanto Presidente do Centro Social, em fazer ali uma unidade de Turismo Rural naquelas instalações, que seriam adequadas, solicitando apoio para elaboração do projeto, o que não se veio a verificar, não tendo sido o projeto elaborado na Câmara. O referido projeto já deu entrada na Câmara mas não foi ainda aprovado, e, neste momento, é nesta

situação que a questão de encontra. Mais refere que a questão da dupla titularidade e da legalidade da escritura deveria ter sido aferida pelo serviço notarial que a elaborou e que deveria ter verificado se cumpria todos os requisitos a nível de registos. Questiona sobre o que se poderá fazer para reverter a situação criada com a referida escritura e se isso será uma boa decisão pois se, por um lado é preocupação de todos o bem estar dos utentes, por outro lado também deve ser preocupação de todos a sustentabilidade futura daquela instituição e o que os sócios da mesma têm de decidir, e não a Câmara, qual será a melhor forma daquela instituição ser sustentável para o futuro, e o local próprio para o fazer é a Assembleia Geral da associação e não lhe parece muito correto que a Câmara se imiscua nesses assuntos ou tente indicar um caminho que, do ponto de vista de gestão da própria instituição terão de ser os seus sócios a decidir qual será a melhor forma de resolver a situação. Informa que a Câmara não fez qualquer escritura de doação do imóvel e daí ter sido feita a escritura de justificação.

Relativamente às considerações feitas pelo vogal António Reis, e sobre o pórtico do “Jardim dos Peixinhos”, refere que, efetivamente é uma questão de gosto de cada pessoa, e por isso há quem goste e quem não goste. Informa que o que esteve na base da equipa projetista para a colocação daquele pórtico teve a ver com o facto de considerarem que não era perceptível para quem ali passa que ali havia um jardim e por isso propuseram aquele elemento para chamar a atenção. Considera que, provavelmente tem uma volumetria demasiado elevada, provavelmente seria diferente mas são gostos e é discutível, reconhece que há muitas pessoas a dizerem que ficou um pouco desenquadrado, mas há também pessoas que acham que está bem porque tem um ar mais moderno, é uma questão de gosto e por isso discutível.

No que diz respeito à questão sobre os precários, informa que ainda não foram integrados e está neste momento a ser tratado esse processo e irão começar a ser “avisados” nos termos da lei, durante o mês de Maio.

Relativamente ao presunto de Mação, informa que ainda existe presunto, o que aconteceu foi que, na sequência da tragédia do verão passado, a Câmara resolveu utilizar aquele outdoor para colocar aquela mensagem de esperança. Ainda relativamente ao presunto, refere que terá de haver, por parte dos industriais das carnes, um outro compromisso relativamente a esta matéria para que a Câmara continue ou retome algum do investimento que foi ali feito e da parte da Câmara há sempre a disponibilidade para que haja sempre presunto Marca Mação, mas não é a Câmara que

produz nem vende o presunto e os empresários são donos das suas empresas e a eles competirá resolver as questões de haver mais ou menos presunto.

Em relação ao feriado municipal, deixa o desafio para que surja alguma proposta para que se faça algo com outro impacto.

Relativamente às questões do Sr. Presidente da União de Freguesias e no que diz respeito à questão mencionada dos pormenores dos arruamentos de Chão de Codes, refere que terão de se deslocar ao local com o empreiteiro para se ver como será possível resolver as questões.

No que concerne à estrada Chão de Codes/Louriceira, informa que está a decorrer um concurso para a intervenção nessa estrada, com um procedimento em que foram consultadas cinco empresas para apresentarem proposta para essa intervenção que tem um valor base de 110.000,00€. Mais informa que, independentemente do que vier a ser decidido pelo Governo, a obra está a concurso e portanto em junho ou julho estará em andamento.

Relativamente à estrada de Aboboreira, junto ao lagar, informa que não houve ainda resposta das Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a Câmara terá de resolver esse problema que espera se consiga fazer este ano, com a brevidade possível.

Em relação aos arruamentos do Castelo informa que a Câmara já recebeu a documentação para poder fazer a escritura para adquirir o terreno para instalação de fossa comunitária, para se poder avançar com as respetivas ligações e depois se proceder ao asfaltamento e requalificação dos arruamentos da povoação de Castelo.

No que diz respeito à intervenção do vogal Duarte Marques e relativamente à formação profissional de Técnicos Florestais, considera que é importante e é um mau exemplo que estamos a dar, enquanto país, de não valorizar os técnicos florestais e quando dizemos que é prioridade 2, estamos a dizer que não é prioritário para o país e portanto, teme que, qualquer dia teremos alguns técnicos profissionais em excesso em algumas áreas e muito poucos noutras e isso irá causar alguns tipos de problemas.

---O Sr. Vereador António Louro intervém para referir que, apesar da desgraça que tivemos no verão do ano passado e da área extraordinariamente extensa que perdemos, mantemos ainda cerca de 12.000 hectares de área não ardida, que é uma área maior do que muitos dos concelhos que existem no país mas que temos perante esta área uma preocupação imensa porque na realidade trata-se de áreas das mais perigosas que tínhamos, uma vez que Cardigos ardeu quase na sua totalidade em 1998, apresenta

neste momento uma carga combustível extremamente elevada e o resto da área é de 2003, que está praticamente igual, apesar de não ter tanta carga combustível.

Refere que é com preocupação que vê tudo o que se diz sobre o combate a incêndios, o país está a por tudo em causa e ao mesmo tempo e isso é sempre preocupante. Há áreas onde é possível melhorar rapidamente mas também há apostas que estão a acontecer que, provavelmente poderão ter custos que não poderemos suportar. Nesta questão dos incêndios, o país opta muitas vezes por escolhas irracionais e momentâneas, e depois demora muito tempo até conseguir perceber que não consegue suportar o caminho que escolheu. Mais refere que, nas apresentações públicas que tem vindo a fazer, refere sempre que, no combate nunca haverá solução nenhuma, aspiramos a ser tão organizados e tão bem equipados como os americanos para quê? Para depois vermos os incêndios, como acontecem na Califórnia, tão parecidos com os nossos. Considera que há muito a fazer sobre os incêndios, pode-se melhorar a estrutura com os meios e com os homens que temos, mas daí nunca virá uma solução definitiva, pois a solução definitiva está na gestão da paisagem, em diminuir o risco estruturalmente, em fazer voltar à economia da floresta uma rentabilidade que ela tem perdido.

Mais informa que a Câmara de Mação está, neste momento, ainda muito empenhada num conjunto de compromissos que têm a ver com os incêndios do ano passado, com a operacionalização das candidaturas que nós fizemos ao Fundo de Estabilização e Emergência, com a candidatura da APA para melhoria das linhas de água, com a criação de faixas de baixa densidade ao longo das estradas municipais, que vamos tentar executar ao máximo na área que não foi atingida pelos incêndios do ano passado, com a sensibilização das populações e, neste âmbito, deixa um alerta a todos, pois já se perderam sete vidas, vítimas das limpezas, idosos preocupados neste ambiente que se criou no país, da limpeza e do cumprir a lei, saíram de casa, sem condições e foram executar tarefas no sentido de cumprir a legislação e acabaram com o pior dos resultados possível, portanto impõe-se também à Câmara, ao mesmo tempo que faz um esforço na sensibilização de que temos todos de procurar dar o nosso contributo, também sossegar algumas pessoas para não irem fazer esses trabalhos, devem ficar em casa e se, por ventura, houver alguma multa, tudo se resolverá pois há pessoas que não têm condições de fazer, por si, estas operações e, por isso devem abster-se de o fazer porque os riscos são, efetivamente muito elevados. Considera que temos de ter

alguma serenidade nesta matéria pois sete vítimas é já um número muito elevado e que pode vir a aumentar.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

Já no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: 1) **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à sua informação, o Sr. Presidente da Câmara informou que, relativamente à questão dos incêndios, para além de tudo o que já tinha sido considerado injusto para com o concelho de Mação, nomeadamente no apoio prestado aos cidadãos de Mação, comparativamente aos apoios aos cidadãos de outros locais onde aconteceram incêndios, quer na zona de Pedrogão, quer no dia 15 de Outubro, e esses são factos praticamente consumados perante os quais pouca ou nenhuma esperança que as decisões se alterem, fomos confrontados com o facto de que o Governo se preparava para tratar mais uma vez de modo diferente os municípios atingidos pelos incêndios em Pedrogão e em 15 de Outubro, relativamente aos outros municípios do país. E esta diferença consubstancia-se no pagamento das infraestruturas municipais destruídas, a 100% em Pedrogão e nos concelhos do incêndio de 15 de Outubro e a 60% em Mação e outros municípios não englobados nos anteriores. Considera que isto é, sob qualquer ponto de vista, grave e tão mais grave pois o Governo, para que o país tivesse direito ao Fundo de Solidariedade Europeu, para o qual é necessário atingir um determinado montante de prejuízos, calculou os prejuízos de todos os municípios, reportou a Bruxelas e agora prepara-se dividir esse “bolo” só por alguns. Informa que a Câmara de Mação tentou insurgir a sua voz contra esta situação, tivemos algumas pessoas e entidades que nos tentaram ajudar e, para além disso informou, em reunião de Câmara que, como é uma competência sua, intentar acções judiciais em nome do município, o iríamos fazer e a Câmara iria tentar, sobre todas as vias, de alguma forma reverter esta situação que não tem qualquer justificação e, nesse sentido tentamos encontrar um gabinete de advogados, em Lisboa, que nos ofereceria alguma garantia de que as coisas poderiam correr bem, já teve uma reunião com o

mesmo, que ficou de apresentar uma primeira proposta sobre a matéria até final deste mês. Mais informou que, nesse mesmo dia foi informado por alguém com responsabilidade neste país que, provavelmente as coisas iriam correr bem, de acordo com o que estávamos a reclamar e à tarde desse dia foi-lhe confirmada a mesma informação, o que o levou a fazer uma comunicação de regozijo pela decisão tomada, pensando que era um facto consumado e que o Governo nos iria tratar com justiça, mas logo no dia a seguir, qual não é o seu espanto, apercebeu-se que devia refrear os ânimos e, na semana seguinte foi confrontado com o facto do Sr. Ministro Pedro Marques dizer no Parlamento que ia haver tratamento de exceção aos outros municípios e não a Mação, e a justificação dada foi porque nos outros locais morreram pessoas e por isso teria de compensar-se as comunidades locais. Refere que, por uma questão de respeito e educação, recusa-se a qualificar este tipo de justificações, cada um fará o que entender, mas deixa a questão sobre, mesmo que por absurdo isso fosse justificação, quem é que morreu na Marinha Grande, em Ansião, em Monção, em Braga, em Oleiros para estes concelhos terem apoios a 100%.

Refere que este é o ponto de situação em que estamos, vamos aguardar o que irá acontecer no futuro próximo e a Câmara fará tudo para tentar inverter esta situação, mesmo sabendo que estamos numa posição muito difícil para o fazer, mas todos os meios legais que tenhamos para o fazer serão utilizados, não sem que, antes, se tente mais uma vez sensibilizar as pessoas para esta matéria.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e votação da 2ª alteração ao Mapa de Pessoal.**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que a Câmara solicita que a Assembleia Municipal aprove esta alteração ao Mapa de Pessoal para que a mesma possa lançar procedimento concursal para três pessoas para o Serviço de Proteção Civil, conforme as informações em anexo (que ficam anexas aos documentos da presente sessão). Mais informa que são contratos a termo certo e a justificação para os mesmos é a dificuldade que a Câmara sente para recrutar pessoal nos Programas Ocupacionais para poder garantir a manutenção das equipas de vigilância contra incêndios.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que a bancada do Partido Socialista não tem qualquer oposição a esta alteração do Mapa de Pessoal mas refere que faltam alguns dados sobre as funções das pessoas a contratar, na informação entregue e sugere, como critica construtiva, que em ocasiões futuras as mesmas sejam redigidas de forma mais completa e explicita.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: 3) Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2017.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que o executivo está satisfeito e de consciência muito tranquila com o trabalho que foi desenvolvido ao longo do ano de 2017. Escusado será dizer que foi um ano difícil a partir de julho, a Câmara focalizou-se naquilo que era essencial ser feito na altura e por isso este é quase um relatório de meio ano, mas, seja como for, tentámos não descurar aquilo que era essencial. Deixa um agradecimento a todas as pessoas que ajudaram o município e, conseqüentemente o concelho de Mação, durante os incêndios e no período pós incêndios.

Continua referindo que, ao longo do ano de 2017, conforme tinha sido assumido na apresentação do Plano de Atividades e do Orçamento, tentamos manter aquilo que tinha sido a nossa linha de rumo dos três anos anteriores tendo bem presente as áreas prioritárias que tinham então definido, os objetivos que estavam definidos e considera que, no essencial, o executivo cumpriu aquilo a que se tinha proposto. Considera que a Câmara foi parceira ativa no apoio, no incentivo e na realização de diversas atividades, foi parceira ativa das Juntas de Freguesia, das associações do concelho, da sociedade civil no seu todo e dos empresários. Considera que o executivo conseguiu manter durante todo o mandato a postura de tentar ajudar e tentar receber os contributos de todos aqueles que ao executivo se dirigiram, no sentido de poder encontrar os melhores caminhos para tentar encontrar os melhores caminhos para o nosso concelho pois é sempre necessária a colaboração de muitas pessoas e muitas entidades porque por muito bom que seja o nosso trabalho, a situação exige um esforço de todos. Ainda para mais, foi um ano eleitoral que, quer se queira, quer não, introduz sempre “ruído” nas ações políticas dos Orgãos Autárquicos.

Continua referindo que, relativamente à Ação Social e apoio às famílias, considera que o executivo conseguiu cumprir nesta matéria o essencial daquilo que tinha proposto, quer com as refeições gratuitas aos alunos do pré escolar e do ensino básico, o apoio à Universidade Sénior, às IPSS's, aos mais desfavorecidos e às famílias.

No que diz respeito à Educação, Conhecimento, Cultura e Cidadania, considera que o Agrupamento de Escolas não poderá reclamar da parte da Câmara nada daquilo que

tem sido o habitual apoio da Câmara, quer ao Agrupamento em si, quer à comunidade escolar de uma maneira muito genérica e conforme vem refletido no documento. Refere que foram dados os passos decisivos para hoje poderem estar a concurso o Núcleo Museológico de Ortiga, com elaboração do projeto. Também o piso inferior do Museu de Mação tem o seu projeto concluído e não foi ainda a concurso por uma opção política da Câmara, porque não temos recursos financeiros para fazer tudo ao mesmo tempo. Considera que a Câmara foi, ao longo do ano, diversificando a oferta cultural no concelho, quer por iniciativa da Câmara, quer pelo inestimável apoio que foi tentando dar a todos os que tinham esse anseio e, felizmente fomos tendo no concelho de Mação, diversas atividades culturais, muitas delas com o apoio da Câmara e considera importante que esta diversidade seja feita também por outros que não a Câmara mas que a mesma possa estar presente e a apoiar.

No apoio às empresas, agentes económicos e empreendedorismo, a Câmara foi, uma vez mais, parceiro ativo junto da comunidade empresarial do nosso concelho, tentando criar condições para que os mesmos pudessem aqui desenvolver os seus negócios e criando condições para que as mesmas aqui se possam fixar. Foi concluída a reformulação do GEMA, que hoje consegue ter uma imagem diferente, com uma maior e melhor dinâmica, apesar de ser um processo que não está completo mas já se verifica uma maior interação entre as empresas, os agentes económicos e a Câmara, através do Gabinete Empreendedor. Foi concluído, como era compromisso do executivo, o Centro de Negócios, uma obra que considera importante para o concelho e considera positivo que cerca de uma dezena de empresas já esteja instalada naquele local, com pouco mais de meio ano de existência e com algumas coisas ainda por afinar.

Relativamente ao Património, Turismo e Floresta e Associativismo, refere que houve diferentes formas de podermos ver as coisas nestas áreas, tendo sido uma grande frustração assistir ao que assistimos, no que diz respeito à floresta, depois de anos e anos a dar passos, a dar sinais e contributos para que as coisas não tivessem tido o desfecho que tiveram. Deixa uma palavra muito afetuosa às associações do concelho que, genericamente cumpriram um papel extraordinário no nosso concelho, desde a mais pequena associação à maior, àquelas que fazem o mais simples e singelo convívio nas suas povoações até às associações do concelho que, felizmente já conseguem trazer milhares de pessoas ao nosso concelho em algumas ocasiões especiais. E também aqui considera que não haverá muito a apontar à Câmara pois a mesma sempre esteve do lado da solução, sempre tentou responder positivamente àquilo que era

solicitado pelas associações, sem tentar influenciar nem pedir algo em troca e considera que isso foi reconhecido. Na área do Turismo a Câmara conseguiu, com alguma dificuldade, dar alguns sinais de que as coisas podem mudar, nomeadamente na zona de Ortiga e junto ao rio.

No que diz respeito ao Desporto, Saúde e Lazer, realça o apoio que a Câmara foi dando, na medida do que era solicitado, à área da Saúde no nosso concelho, nomeadamente com a oferta ao Centro de Saúde de Mação de duas viaturas, uma em 2016 e outra em 2017, no âmbito de um projeto da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Em termos de Desporto, a Câmara apoiou as atividades desportivas para as quais foi solicitado, apoiou o desporto de competição e de lazer, tentou promover atividades desportivas no concelho, diversificar e levar um pouco a todo o concelho e garantir o transporte das pessoas de mais idade para as piscinas municipais cobertas.

Em relação às Infraestruturas e Obras Públicas, refere que foi um ano com um investimento avultado, nomeadamente com o Centro de Negócios e a Requalificação do Acesso Sul a Mação, mas em termos de obra, foi um ano semelhante ao anterior, destacando a pavimentação dos arruamentos de Carrascal e Chão de Codes que estavam muito necessitadas.

Na área da Juventude, a Câmara essencialmente deu apoio à Associação Magalhães de Mação que, ano após ano tem levado a efeito uma iniciativa importante no nosso concelho, que se vai solidificando em Mação e na região e para a qual a Câmara tem dado a sua colaboração. O Programa Jovem Autarca que aconteceu durante o ano passado e que considera ser algo que se deve repetir e que não se deve perder pois é uma boa iniciativa, apesar dos problemas que teve, normais na juventude. Deve ser repensada para ver como poderá ser agarrada esta ideia de outra forma, uma vez que existe agora uma associação de estudantes na escola básica.

Relativamente à Proximidade e Comunicação com os Municípios, considera que a Câmara foi uma Câmara aberta no sentido de receber as pessoas, de ser proactiva, de ser uma Câmara que não renegou esforços para tentar apoiar as pessoas e receber as suas ideias pelo que considera que o executivo também está tranquilo em relação a esta matéria.

Continua a sua intervenção deixando uma palavra de agradecimento a todas as pessoas e entidades que colaboraram com o executivo ao longo do ano de 2017 para que o mesmo atingisse os seus objetivos, em particular aos funcionários da autarquia, todos os colaboradores que desempenharam cabalmente as suas funções e atribuições,

respondendo positivamente aos desafios que lhes foram colocados, num ano marcado por alterações de procedimentos na Câmara que têm sempre algum reflexo no desempenho das pessoas.

No que diz respeito às contas propriamente ditas refere que a Câmara teve taxas de execução boas, nomeadamente da receita, de 84,6%, que considera muito aceitável, tendo em conta que algumas coisas não correram bem, nomeadamente em termos do Quadro Comunitário de Apoio, havendo algum dinheiro que a Câmara está à espera de receber e que não foi possível fazê-lo em 2017. Mais refere que o grau de execução do PPI foi na casa dos 74%, que considera boa, bem como relativamente à despesa corrente e à receita corrente, tendo as despesas de capital ficado aquém do previsto essencialmente pelo motivo que referiu e também por não ter sido utilizado todo o dinheiro do empréstimo. Mais informa que temos, ao dia de hoje, um limite para a dívida global da Câmara de 12 milhões de euros. A Câmara tem uma dívida controlada, que está acrescida em relação ao ano anterior, fruto do empréstimo que foi contraído e do qual foram utilizados 1.350.000,00€. Continua referindo que a Câmara continuou, em 2017, a política de amortizações, que uma vez mais nos transporta para resultados líquidos negativos que têm a ver com as amortizações que, a não ser assim, seria um resultado positivo de cerca de 1.200.000,00€ e espera que esta situação seja resolvida no próximo ano ou ano e meio. Considera que também deverá ser tido em consideração o prazo médio de pagamento a fornecedores, da Câmara, que baixou de 24 dias para 19 dias, o que considera ser um ponto relevante.

Termina referindo que considera ter sido uma boa execução do Plano e Orçamento de 2017, considerando que há áreas em que as coisas poderiam ter corrido melhor e há sempre espaço para melhorar, havia outras opções que poderiam ter sido tomadas, mas em cada um dos momentos o executivo tentou adequar a sua atuação à necessidade concreta e tendo em consideração os recursos financeiros disponíveis.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção referindo que o documento está bem apresentado e elucidativo. Mais refere que as opções feitas foram opções políticas deste executivo, sem qualquer intervenção dos eleitos do Partido Socialista e as contas refletem essas mesmas opções que foram feitas em Orçamento de 2017 pelo executivo do Partido Social Democrata. Refere que o Relatório faz pouca menção aos incêndios do passado verão, e considera que o mesmo deveria ter dado mais relevo a essa realidade.

Continua referindo que considera que a Câmara teve uma boa resposta aos incêndios, bem como uma boa resposta social.

Considera aceitável a taxa de execução da receita, de 84,6%, com exceção das receitas de capital, cuja razão foi explicada pelo Sr. Presidente na sua intervenção, de fundos que deveríamos ter recebido e o mesmo não se verificou.

Refere que se vem verificando que o balanço de fundos próprios vem decrescendo e solicita informação sobre se a causa serão as amortizações ou se haverá alguma outra razão para este facto.

Solicita informação sobre se haverá alguma forma de saber o que a Câmara gastou, em termos gerais, com os incêndios do verão de 2017.

Termina referindo que na acumulação de funções são somente referidos dez funcionários, solicita informação sobre se são efetivamente só estes os funcionários que têm acumulação de funções.

---O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que, depois de ter analisado o documento e ter ouvido a intervenção do Sr. Presidente, considera que o mesmo tem razão para estar satisfeito e de consciência tranquila com o trabalho que este executivo desenvolveu, que vem comprovar que foram executados os compromissos assumidos com as pessoas.

Mais referiu que, nas áreas que o executivo elegeu como prioritárias, estão devidamente explicadas no documento, com indicadores de qualidade, considera que as taxas de execução da receita são boas, foi um ano que não refletiu eleitoralismo, tendo decorrido nos moldes dos anteriores e considera que haverá condições para este documento ser aprovado por unanimidade.

Termina referindo que a bancada do Partido Social Democrata sublinha a dedicação e honestidade do trabalho do executivo e felicita o mesmo por esse facto.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que o sentido de voto da bancada do Partido Socialista será a abstenção. Continua referindo que se tem vindo a verificar uma melhoria na apresentação dos documentos e, este ano, a descaracterização das rubricas é uma novidade que ajuda à compreensão do documento e que é um procedimento já algumas vezes sugerido pelos eleitos do Partido Socialista.

Termina referindo que a abstenção dos eleitos do Partido Socialista se deve a que existem ainda algumas recomendações do ROC que já deveriam ter sido resolvidas e assim não aconteceu, reconhecendo, no entanto a melhoria do documento apresentado.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que a apresentação do Relatório de Gestão é a melhor desde há alguns anos, sendo um documento bastante perceptível.

Continua referindo que, relativamente ao saldo para a gerência seguinte, considera que deveria contemplar as operações de tesouraria e o mesmo não se verifica. Solicita informação sobre este ponto.

Termina referindo que, relativamente à taxa de execução da receita, por muito pouco não foi atingido o valor de 85% e refere que o parágrafo sobre este assunto no documento não faz muito sentido e deixa o alerta para o próximo ano para a necessidade de cumprir os 85%.

--- O vogal Duarte Marques intervém para referir que, ao analisar as taxas de execução de 2017, fica até admirado como é que as mesmas foram tão boas, tendo em consideração o que aconteceu no verão de 2017. Considera que apesar do que aconteceu, muita coisa foi executada, o executivo trabalhou e andou para a frente, com um orçamento baixo e sem as ajudas que não nos chegaram.

--- O Sr. Presidente informou que, relativamente às amortizações, o problema é que existiam 20 milhões de euros de obras em curso, neste momento temos cerca de 6 milhões e é um processo moroso que demora tempo para as coisas serem feitas com rigor e quando disse que levaria ainda cerca de ano e meio para se resolver, é porque estamos a falar de muitas obras que têm de ser analisadas caso a caso, perceber se foram participadas ou não, pois havia muitas obras que eram feitas por administração direta da Câmara, que depois tem difícil tradução naquilo que são as contas e, provavelmente terá de haver uma decisão política para a resolução deste problema. Relativamente às pessoas com acumulação de funções, esta é uma informação dos Recursos Humanos.

Relativamente à questão do saldo de gerência, refere que esta foi a informação dos serviços, mas vai questionar o técnico sobre a observação do vogal José Fernando Martins.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 9 abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Análise do Parecer do Revisor Oficial de Contas.**

--- O Sr. Presidente intervém para referir que é com grande satisfação que observamos uma evolução muito positiva neste parecer, identificando alguns aspetos menos positivos, que são recorrentes e que estamos a tentar ir alterando e colmatando estas nossas falhas, que são evidentes e que resultam de muitos anos de fazer as coisas de determinada maneira. Refere que este relatório espelha aquilo que foi observado fielmente pelo ROC e considera que o presente relatório evidencia bem, por um lado o que tem sido a evolução da gestão da Câmara, que não está terminada e por outro lado é um relatório que sublinha bem a saúde financeira da Câmara Municipal de Mação.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que se tem verificado nos relatórios que o ROC tem feito desde que foi contratado pela Câmara que os procedimentos têm vindo a melhorar e que são uma grande ajuda para os serviços mas também como segurança da Câmara em possíveis inspeções pois cada vez a fiscalização às instituições está mais apertada.

Relativamente aos reparos feitos no relatório, tem havido melhorias nos serviços, tem sido aceites as sugestões do ROC mas compreende-se que muitos procedimentos não são difíceis de alterar pelos serviços, isso verifica-se em todos os serviços.

--- O vogal José António Almeida intervém para referir que é importante que fique registado que, da leitura dos relatórios do ROC se verifica uma melhoria acentuada e continuada dos procedimentos e práticas da Câmara e dos serviços de contabilidade.

--- O vogal António Reis intervém para referir que é evidente, da leitura dos relatórios anteriores que há melhorias consideráveis de ano para ano e considera que estes relatórios são muito importantes e têm se refletido na qualidade das próprias contas.

--- O vogal João de Matos Filipe intervém para referir que, da leitura do ROC, comparando com relatórios anteriores é notório que o ROC também tem crescido como técnico, pois estes relatórios têm melhorado muito. Mais refere que as alterações introduzidas na contabilidade de uma Câmara como a nossa é muito difícil pois há hábitos enraizados que não são fáceis de mudar mas as sugestões do ROC têm melhorado os serviços e conseqüentemente têm melhorado muito os documentos de prestação de contas da Câmara.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação da 2ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2018.**

---O Sr. Presidente intervém para informar que esta revisão orçamental incorpora no Orçamento o valor de 212.015,44 €, referente ao saldo de gerência do ano de 2017,

saldo esse que consta no Mapa de Fluxos de Caixa, documento integrado nos documentos de Prestação de Contas, aprovado no ponto anterior da presente Ordem de Trabalhos.

---O vogal José Fernando Martins refere que as operações de tesouraria também devem ser incorporadas no saldo de gerência.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com a ressalva apresentada pelo vogal José Fernando Martins.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação de proposta de Protocolo/Acordo de Execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Envendos, nos termos dos artigos 25, nº 1, alínea j), 33, nº 1, alínea m) da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.**

--- O Sr. Vereador António Louro intervém para informar que, efetivamente, quando a Câmara realizou o primeiro protocolo, ele contemplava basicamente a reconstrução de um edifício que existia no local, destinado a servir como infraestrutura de apoio onde existem instalações para o funcionamento de um bar, algumas arrecadações e parte de instalações sanitárias. Mais informou que se trata de uma área bastante grande que, para ter o seu enquadramento quer paisagístico, quer funcional, necessita de outros complementos e, desde muito cedo se tornou claro que, para a obra ficar completa necessitaria de um investimento adicional. Aquilo que se pretende é ajardinar melhor a envolvente à piscina, criar os circuitos de utilização para as pessoas utilizarem em termos de pavimentos, é o reforço dos serviços de apoio com a criação de um telheiro e de um grelhador e é a iluminação exterior do espaço.

Termina referindo que é a melhoria de toda a obra que se pretende reforçar o investimento que será feito na proporção igual à do primeiro protocolo.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Eleição de dois representantes das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.**

---O vogal José António Almeida intervém, dirigindo-se à bancada do Partido Socialista no sentido de elaborarem uma proposta conjunta, em que cada bancada propõe um

Presidente de Junta de Freguesia para representarem as Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

--- O vogal João de Matos Filipe refere que bancada do PS já tinha conversado sobre este assunto e, na perspetiva do que aconteceu quando foram feitas as propostas para os representantes das Juntas de Freguesia para o Congresso da ANMP, consideram que não faz sentido agora aceitar a sugestão do vogal José António Almeida.

Foi entregue à Mesa uma proposta, da bancada do PSD que o Sr Presidente, denominou:

- lista A, apresentada pelo Partido Social Democrata e que propõe para representantes das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, Carlos Alberto Farinha Leitão e Nuno Gonçalo da Silva Bragança.

Foi a proposta colocada à votação por escrutínio secreto, tendo tido a proposta A 15 votos e 6 votos em branco.

Assim foram eleitos para representantes das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios o autarca de freguesia Carlos Alberto Farinha Leitão, Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos e o autarca de freguesia Nuno Gonçalo Bragança, da Junta de Freguesia de Carvoeiro.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Eleição de representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil.**

Foi entregue à Mesa uma proposta, da bancada do PSD que o Sr Presidente, denominou:

- lista A, apresentada pelo Partido Social Democrata e que propõe para representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil, Nuno Gonçalo da Silva Bragança.

Foi a proposta colocada à votação por escrutínio secreto, tendo tido a proposta A 15 votos e 6 votos em branco.

Assim foi eleito representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil, Nuno Gonçalo da Silva Bragança da Junta de Freguesia de Carvoeiro.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----